

## **Ex-militar argentino ligado à repressão ganha a liberdade**

**Astiz terá que responder a processos de grupos de direitos humanos**

• BUENOS AIRES. O ex-marinheiro Alfredo Astiz foi posto ontem em liberdade, três dias depois de ter sido expulso da Marinha pelo presidente Carlos Menem por defender o terrorismo durante a ditadura argentina. O ex-capitão de fragata foi preso pela Marinha por fazer a apologia do crime numa entrevista concedida a uma revista argentina há duas semanas, mas, como não pertence mais aos quadros militares, Astiz teve que ser solto.

A expulsão da Marinha, no entanto, não livrou Astiz de responder a uma dezena de processos que grupos de direitos humanos e cidadãos argentinos movem contra ele. O ex-capitão disse que, pelo menos, dez mil desaparecidos durante a "guerra suja", liderada pelos militares contra a esquerda, foram assassinados. Na reportagem, Astiz descreveu com orgulho sua participação em operações de repressão e se definiu como o homem mais bem preparado para matar um político ou um jornalista.

### **Libertação reabre debate sobre centro de repressão**

Astiz concedeu a entrevista no meio de uma grande discussão em torno dos planos de Menem de demolir a Escola de Mecânica da Marinha (Esma), principal centro de desaparecimento e tortura durante a ditadura.

O plano de destruir a Esma e construir em seu lugar um parque e um monumento à reconciliação desagradou grupos de direitos humanos e a oposição, que querem preservar a memória dos horrores daquela época. Menem fez a proposta poucos dias depois de seis parlamentares de oposição apresentarem um projeto para anular as leis do Ponto Final e de Obediência Devida. A sanção da lei colocou em liberdade — em 1983, após a volta da democracia — Astiz e centenas de militares julgados e condenados por violar os direitos humanos.

Para piorar a situação, ativistas de direitos humanos descobriram contas de militares repressores argentinos em bancos suíços, levantando a suspeita de que o dinheiro fora obtido através de saques das vítimas. O nome de dois oficiais que trabalharam na Esma apareceu na lista de cem militares argentinos enviada às autoridades suíças pelo juiz espanhol Baltasar Garzón, que investiga o desaparecimento de espanhóis na Argentina.

As leis do Ponto Final e de Obediência Devida não cobrem delitos econômicos e, se os militares não puderem justificar a procedência do dinheiro, ficaria provado que foi produto de saques. ■